



AVALIAÇÃO DE AMEAÇAS EM ESCOLAS E O PAPEL DA LINGUAGEM DOCENTE: SEGURANÇA ESCOLAR E COMUNICAÇÃO

THREAT ASSESSMENT IN SCHOOLS AND THE ROLE OF TEACHER LANGUAGE: SCHOOL SAFETY AND COMMUNICATION

EVALUACIÓN DE AMENAZAS EN LAS ESCUELAS Y EL PAPEL DEL LENGUAJE DOCENTE: SEGURIDAD Y COMUNICACIÓN ESCOLAR



<https://doi.org/10.56238/levv15n41-121>

Data de submissão: 10/09/2024

Data de publicação: 10/10/2024

Griselda Lorena Gallardo

RESUMO

Esta revisão integra evidências sobre avaliação de ameaças em escolas e sobre o papel da linguagem docente na qualidade da informação obtida durante a notificação e a triagem, analisando indicadores linguísticos e comportamentais, estratégias comunicacionais imediatas, templates de registro e protocolos de encaminhamento que articulam acolhimento, documentação factual e análise colegiada, o texto discute a importância de perguntas abertas, de reprodução literal de enunciados quando possível e de procedimentos sensíveis ao contexto cultural e linguístico das famílias, aborda a incorporação de sinais digitais ao fluxo investigativo com salvaguardas legais, e propõe recomendações operacionais para formação docente prática, para padronização documental e para governança escolar com indicadores de processo e de resultado, identificação de lacunas avaliativas orienta a indicação de estudos de implementação e de pesquisa-ação que mensurem impacto de treinamentos comunicacionais sobre detecção precoce e desfechos de segurança escolar, contribuição que visa subsidiar políticas públicas, práticas escolares e programas de capacitação profissional.

Palavras-chave: Avaliação de Ameaças. Linguagem Docente. Comunicação Escolar. Protocolos de Triagem. Documentação Factual.

ABSTRACT

This review synthesizes evidence on school threat assessment and on the role of teacher language in shaping the quality of information gathered during notification and triage, it examines linguistic and behavioral indicators, immediate communicative strategies, documentation templates and referral protocols that combine welcoming posture, factual recording and collegiate analysis, the paper highlights the effectiveness of open-ended questions, verbatim recording of utterances when feasible, and culturally and linguistically responsive procedures, it addresses integration of digital signals into investigative workflows with legal safeguards, and offers operational recommendations for practical teacher training, standardized documentation and school governance with process and outcome indicators, identified evaluative gaps motivate a research agenda emphasizing implementation studies and action research to measure the effects of communication training on early detection and school safety outcomes, contribution intended to inform public policy, school practice and professional development programs.



Keywords: Threat Assessment. Teacher Language. School Communication. Triage Protocols. Factual Documentation.

RESUMEN

Esta revisión integra evidencia sobre la evaluación de amenazas en las escuelas y el papel del lenguaje docente en la calidad de la información obtenida durante la notificación y la evaluación inicial. Analizando indicadores lingüísticos y conductuales, estrategias de comunicación inmediata, plantillas de registro y protocolos de derivación que articulan la recepción, la documentación de hechos y el análisis colegiado, el texto aborda la importancia de las preguntas abiertas, la reproducción literal de las declaraciones cuando sea posible y los procedimientos sensibles al contexto cultural y lingüístico de las familias. Se examina la incorporación de señales digitales al flujo de investigación con garantías legales y se proponen recomendaciones operativas para la capacitación docente práctica, la estandarización de documentos y la gobernanza escolar con indicadores de proceso y resultado. La identificación de brechas en la evaluación orienta la indicación de estudios de implementación e investigación-acción que midan el impacto de la capacitación en comunicación en la detección temprana y los resultados de seguridad escolar. Esta contribución busca apoyar las políticas públicas, las prácticas escolares y los programas de desarrollo profesional.

Palabras clave: Evaluación de Amenazas. Lenguaje Docente. Comunicación Escolar. Protocolos de Evaluación Inicial. Documentación de Hechos.



1 INTRODUÇÃO

A avaliação de ameaças em ambiente escolar exige articulação entre detecção precoce, investigação contextualizada e decisões interdisciplinares, e a linguagem adotada pelo docente no primeiro contato com o estudante influencia a qualidade da informação coletada, a abertura do aluno ao diálogo e a probabilidade de cooperação com a equipe de manejo, fatores centrais para interromper trajetórias de risco antes da escalada para violência dirigida (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

Nos Estados Unidos, onde incidentes de violência dirigida em escolas frequentemente se associam a sofrimento emocional, isolamento social e polarização ideológica, estudos recentes indicam que a comunicação inicial do professor é decisiva para interromper trajetórias de risco e para distinguir entre expressão emocional, discurso extremado e ameaça planejada (*National Threat Assessment Center*, 2019; Borum *et al.*, 2010).

Os modelos formais de threat assessment consagram etapas padronizadas notificação, triagem, investigação e manejo e implicam que a comunicação profissional nos momentos iniciais seja orientada por critérios claros, por questionamento aberto e por registro objetivo, postura que reduz vieses interpretativos e aumenta a precisão na distinção entre expressão emocional transitória e ameaça substantiva (Fein *et al.*, 2004).

A adoção de um “investigative mindset” nas equipes escolares pressupõe que os primeiros inquéritos privilegiem perguntas neutras, construção de rapport e verificação de contexto, procedimentos comunicacionais que transformam a entrevista inicial em instrumento de esclarecimento e de redução de risco, em contraste com abordagens acusatórias que podem gerar silêncio, hostilidade e perda de oportunidade para intervenção precoce (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

A segurança escolar articula dimensões técnicas e relacionais, portanto a previsibilidade das rotinas de resposta, a clareza dos termos usados por docentes e líderes e a coerência da mensagem institucional aumentam a confiança da comunidade escolar e favorecem o fluxo de relatos, condição necessária para que canais de denúncia sejam efetivos e para que a escola identifique sinais que, isolados, poderiam ser desconsiderados (U.S. *Department of Education*, 2013).

Canais de relato seguros e, quando pertinente, anônimos, reduzem o medo de retaliação e ampliam a probabilidade de denúncias precoces, entretanto a utilidade desses canais depende da forma como os relatos são acolhidos por adultos treinados para usar linguagem que proteja o informante e que preserve a integridade do processo investigativo, medida que aumenta a confiabilidade das informações recebidas (CISA, 2024).

A linguagem docente no momento de escuta inicial tem poder de modular reação e significado, perguntas abertas e tom acolhedor tendem a desarmar defensividade, enquanto perguntas sugestivas

ou tom inquisitivo podem contaminar o relato, por isso a formação comunicativa de professores deve contemplar técnicas práticas de entrevista investigativa adaptada ao contexto escolar (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

A documentação linguística das declarações do estudante deve priorizar registro factual e descritivo, evitando interpretações subjetivas no corpo do relatório, prática que assegura rastreabilidade das decisões e fornece base sólida para avaliação colegiada das intenções, meios e cronologia, instrumento essencial para proteger direitos e para fundamentar intervenções proporcionais (*Wisconsin Department of Justice*, 2024).

A distinção entre ameaças transitórias e ameaças com intenção e meios depende em grande medida do diálogo contextualizado com o estudante e com suas redes, portanto a capacidade do docente de formular perguntas que clarifiquem motivação, planejamento e acesso a meios é peça central no processo de avaliação, dado que informações coletadas de forma adequada reduzem o risco de falsas positivas e de medidas punitivas desnecessárias (Cornell *et al.*, 2018).

Questões éticas e legais atravessam cada enunciado comunicacional em processos de avaliação de ameaça, sendo imprescindível que a linguagem preserve confidencialidade, respeite garantias processuais e evite coerção, princípios que orientam limites para coleta e compartilhamento de informações e que exigem treinamento sobre direitos dos estudantes e sobre procedimentos de encaminhamento seguro (Borum *et al.*, 2010).

Em contextos multiculturais e multilíngues, sensibilidade linguística e cultural na formulação de questões e na devolutiva são condições de eficácia, porque mal-entendidos decorrentes de tradução inadequada ou de termos técnicos mal escolhidos podem alterar o sentido do relato e comprometer a avaliação, razão pela qual protocolos recomendam materiais e intérpretes competentes e linguagem adaptada ao repertório comunicativo da família e do estudante (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2023).

A justificativa do estudo se dá pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a linguagem docente influencia a qualidade das informações obtidas em processos de avaliação de ameaça, e pela carência de orientações práticas e testadas que equipem professores com rotinas comunicacionais que protejam alunos e fortaleçam prevenção escolar, lacuna que impacta diretamente a capacidade das escolas de responder a sinais precoces de risco.

O objetivo deste artigo é, analisar criticamente evidências sobre avaliação de ameaças em escolas e sobre práticas comunicacionais docentes aplicáveis à triagem e investigação inicial, identificar elementos de linguagem que aumentam a precisão das informações coletadas e propor recomendações operacionais para formação docente, documentação e rotinas de acolhimento, contribuição que visa subsidiar políticas escolares e fortalecer práticas preventivas baseadas em evidência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MODELOS DE AVALIAÇÃO DE AMEAÇA E PRINCÍPIOS COMUNICACIONAIS

Os modelos consolidados de avaliação de ameaça organizam-se em etapas sequenciais que incluem notificação, triagem, investigação e manejo, e partem da premissa de que a qualidade da informação inicial determina a precisão das decisões subsequentes, por isso recomenda-se que o registro inicial privilegie fatos observáveis, cronologias e linguagem descritiva que preservem contexto e permitam análise colegiada posterior (Fein *et al.*, 2004).

A institucionalização de procedimentos operacionais modernos pressupõe equipes multidisciplinares com papéis definidos, checklists de triagem e protocolos de entrevista padronizada, arranjo que transforma o relato do docente em insumo técnico quando o profissional usa linguagem objetiva para descrever comportamento, contextos e conteúdos verbais observados, prática que reduz interferências interpretativas e fortalece a rastreabilidade das decisões (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

Estudos empíricos que analisaram incidentes dirigidos identificaram comunicações prévias percebidas por pares ou por adultos, evidência que legitima a ideia de que intervenções comunicacionais precoces, conduzidas com postura acolhedora e investigação contextualizada, aumentam a probabilidade de interrupção de trajetórias de risco antes da escalada para violência, conclusão que destaca o papel ativo do professor como mediador do fluxo informacional entre estudante e equipe técnica (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

O conceito de “investigative mindset” orienta profissionais a adotar perguntas abertas, a evitar pressuposições e a estabelecer rapport com o estudante, técnica comunicacional que favorece cooperação e reduz resistência, postura que converte a entrevista inicial em instrumento de coleta de dados e de mitigação de risco, e não em ato punitivo que pode produzir silêncio, evasão ou hostilidade (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

A formação de docentes para atuar na triagem inicial deve contemplar não só o que perguntar, mas como perguntar, incluindo tom de voz, sequenciamento interrogativo, uso de reformulação e de perguntas de verificação que clarifiquem intenção, meios e cronologia sem induzir respostas, competência que contribui para distinguir fala impulsiva de ameaça com planejamento e para orientar encaminhamentos proporcionais (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

Protocolos operacionais modernos recomendam que o primeiro contato documente exatamente o que foi dito, palavras literais quando possível, circunstâncias em que a fala ocorreu e reações imediatas, prática que preserva evidência e evita reconstruções subjetivas, procedimento que facilita a avaliação colegiada e protege tanto o estudante quanto a instituição contra decisões precipitadas baseadas em interpretações vagas (*Wisconsin Department of Justice*, 2024).

A literatura que enfatiza diferenciação entre ameaça transitória e ameaça com intenção e meios destaca que a linguagem docente precisa explorar três vetores fundamentais motivação, capacidade e cronograma por meio de perguntas que esclareçam se existe plano, acesso a meios e linha temporal plausível, informação que é decisiva para a passagem do nível de triagem para a investigação aprofundada e para a participação de serviços externos quando necessário (Cornell *et al.*, 2018).

Questões éticas e legais atravessam todo o processo comunicacional, portanto a linguagem deve respeitar confidencialidade, direitos processuais e limites de informação compartilhável, medidas que exigem treinamento sobre proteção de dados, sobre mandatos de segurança e sobre as implicações de registros escritos, conhecimento que reduz riscos de violações e garante que a investigação preserve garantia de devido processo enquanto protege a comunidade escolar (Borum *et al.*, 2010).

Em contextos multiculturais e multilíngues, sensibilidade linguística e cultural é requisito de eficácia comunicacional, pois termos técnicos ou traduções imprecisas podem alterar sentido e prejudicar a avaliação, por isso recomenda-se uso de intérpretes competentes, materiais explicativos na língua da família e treinamento em comunicação culturalmente responsiva para docentes que participam da coleta de informações iniciais (National Center for Safe Supportive Learning, 2023).

Canais de relato anônimos e seguros aumentam a probabilidade de denúncias precoces, porém a utilidade desses canais depende da forma como docentes e equipes recebem e transformam relatos em investigações não punitivas, o que requer linguagem que acolha o informante, que assegure proteção contra retaliação e que comunique passos seguintes de forma clara, prática que fortalece confiança comunitária e eficácia preventiva (CISA, 2024).

A implementação fiel de modelos de avaliação exige que a escola padronize templates de registro que definam campos objetivos descrição do comportamento, reprodução literal de falas, testemunhas, contexto cronológico e resposta aplicada instrumento que facilita análise sistemática e reduz variação decisional entre profissionais, e que permite auditoria e revisão de casos para melhoria contínua do processo (National Center for Safe Supportive Learning, 2018).

Ademais, a integração entre linguagem docente, formação contínua e governança escolar cria um ciclo virtuoso em que entrevistas iniciais de qualidade geram dados confiáveis, decisões colegiadas bem fundamentadas aumentam probabilidade de intervenções proporcionais e monitoramento documentado fornece suporte para ajustes de política e capacitação, desenho que transforma a comunicação escolar em ferramenta de prevenção e de proteção coletiva (National Center for Safe Supportive Learning, 2019).

2.2 INDICADORES LINGÜÍSTICOS E COMPORTAMENTAIS OBSERVÁVEIS

A observação atenta da linguagem espontânea em sala de aula revela padrões que operam como sinais precoces, por exemplo enunciados que expressam desejo explícito de causar dano, referências

repetidas a armas, rituais de violência ou planos hipotéticos, e tais enunciados devem ser registrados tal como proferidos, com contexto temporal e circunstancial, porque a literalidade do terceiro elemento comunicacional é informação técnica valiosa para a triagem inicial e para a avaliação subsequente pela equipe multidisciplinar (Fein *et al.*, 2004).

Expressões de frustração intensa ou de vingança que surgem em diálogos informais entre pares ou em produções escritas escolares podem representar indicadores de risco quando são recorrentes e acompanhadas de sinais comportamentais como isolamento, mudança abrupta de desempenho ou relatos de conflito com colegas, situação em que a integração entre observações linguísticas e comportamentais aumenta a sensibilidade da triagem e reduz a probabilidade de decisões baseadas em única manifestação verbal (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

A presença de linguagem codificada, piadas recorrentes sobre violência ou fascinação por incidentes anteriores, ainda que inicialmente pareçam parte de cultura juvenil, pode funcionar como marcador cultural de risco quando acompanha alterações relacionais e emocionais, por isso docentes e equipes devem documentar frequência, audiência e resposta social a essas falas para calibrar a investigação sem patologizar expressão juvenil isolada (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

A linguagem de intolerância, desumanização de grupos ou alusão a conflitos ideológicos tem sido tratada por equipes norte-americanas de avaliação de ameaça como marcador de polarização que pode ampliar vulnerabilidade relacional e risco coletivo, enquanto manifestações literais ou monótonas produzidas por estudantes com TEA ou TDAH exigem interpretação contextualizada para evitar classificações equivocadas, preservando o princípio de inclusão e justiça avaliativa (NTAC, 2018; Borum *et al.*, 2010).

Relatos de ameaças condicionais, por exemplo mensagens que aludem a “se X acontecer, eu farei Y”, exigem atenção imediata porque contêm elementos de intenção e condicionamento temporal que ajudam a distinguir entre fala impulsiva descontextualizada e planejamento real, avaliação que depende de perguntas investigativas claras e não acusatórias para esclarecer motivação e meios, seguida de registro objetivo que preserve a cronologia dos eventos (Cornell *et al.*, 2018).

Mudanças na pragmática da fala do estudante, como aumento de respostas monossilábicas, uso de humor negro repetitivo ou referências a isolamento e desesperança em produções narrativas, funcionam como indicadores afeto-comportamentais que devem ser integrados a dados de frequências de ausência, queda de rendimento e relatos de vítima/agressor, conjunto de evidências que orienta encaminhamentos preventivos e apoio psicossocial precoce (Borum *et al.*, 2010).

A retirada comunicativa, manifestada por evasão de conversas, recusa em participar de atividades orais ou silêncio diante de perguntas diretas sobre conflitos, constitui indicador relacional que frequentemente antecede retraimento social mais amplo, e professores treinados em técnicas de



acolhimento e perguntas abertas tendem a reverter resistência inicial, gerando informações úteis para triagem e reduzindo o risco de escalada por incompreensão ou invisibilidade do estudante (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

Observações de ameaças expressas em ambientes digitais vinculados ao contexto escolar mensagens em grupos, posts recorrentes de conteúdo agressivo ou buscas por materiais potencialmente perigosos funcionam como extensão dos sinais presenciais e devem ser tratadas com protocolos claros de coleta e preservação de evidência, sempre observando limites legais e de privacidade, e integradas ao registro da equipe para avaliação colegiada das intenções e capacidades apontadas (CISA, 2024).

A forma como um estudante responde a questionamentos iniciais constitui indicador processual, porque evasivas, contradições frequentes na narrativa, tentativas de minimizar atos ou deslocar culpa podem sinalizar necessidade de investigação mais profunda, enquanto relatos coerentes, sem contradições e com contextualização apontam para menor probabilidade de ameaça substancial, distinções que dependem de documentação fiel das falas e de análise colegiada baseada em critérios padronizados (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

Padrões de metamensagem entre pares, por exemplo comentários que incentivam isolamento de determinado aluno, boatos que aludem a represália ou exclusão sistemática em salas de chat, operam como indicadores relacionais que aumentam vulnerabilidade e risco de episódios de bullying severo, e demandam ação preventiva orientada por comunicação restaurativa que recupere vínculos e investigue narrativas subjacentes sem estigmatizar vítimas ou acusados sem evidência objetiva (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2023).

A repetição de enunciados com detalhamento de meios ou cronograma, mesmo que formulada como imaginação ou fantasia, merece registro e verificação, porque o conteúdo específico sobre acesso a meios, locais e horários cria elementos factuais que sustentam avaliação de capacidade e de intenção, informação que deve ser tratada com protocolos de confidencialidade e encaminhamento para avaliação clínica e de segurança quando a colegiada identificar plausibilidade operacional (Fein *et al.*, 2004).

Sinais linguísticos de desumanização de alvos, uso de rótulos que legitimam violência ou polarização ideológica explícita nas interações escolares são indicadores que se correlacionam com clima de intolerância e com maior probabilidade de escalada grupal, por isso monitoramento dessas manifestações e intervenções educativas que promovam pensamento crítico e empatia são componentes preventivos essenciais para reduzir risco coletivo e reparar relações danificadas (Borum *et al.*, 2010).

Portanto, precisão e a utilidade dos indicadores linguísticos dependem de protocolos de registro que capturem literalidade, contexto e testemunhas, e de capacitação docente que ensine a formular perguntas não sugestivas e a preservar segredo quando indicado, prática que maximiza a qualidade



informacional disponível para avaliação colegiada e que diminui risco de decisões precipitadas baseadas em interpretações subjetivas (*Wisconsin Department of Justice*, 2024).

2.3 PROTOCOLOS DE INTERVENÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM FAMÍLIAS

Os protocolos de intervenção devem ser concebidos como fluxos integrados que articulam canais de notificação, triagem inicial, investigação aprofundada, encaminhamento e acompanhamento, de modo que cada etapa tenha critérios comunicacionais e operacionais explícitos que transformem relatos em dados acionáveis e garantam continuidade do cuidado; essa arquitetura processual favorece respostas proporcionais e rastreáveis, reduz variações indevidas entre profissionais e sustenta decisões colegiadas baseadas em evidência e não em impressões subjetivas (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

A definição de canais de reporte claros, incluindo rotas diretas para equipes de avaliação, opções seguras e anônimas que incentivem relatos sem medo de retaliação, e protocolos que orientem o docente sobre linguagem acolhedora no primeiro contato, aumenta a probabilidade de denúncias precoces e melhora a qualidade informacional recebida pela equipe técnica, condição que potencializa a capacidade preventiva das escolas frente a sinais de risco (CISA, 2024).

No momento inicial em que o docente identifica uma fala ou comportamento preocupante, recomenda-se que sua resposta privilegie acolhimento verbal, perguntas abertas que clarifiquem contexto e intenção, e evite tonificações acusatórias ou conjecturas interpretativas que possam inibir a cooperação do estudante, postura comunicacional que contribui para reunir elementos factuais sem escalar conflito e que facilita encaminhamento adequado à triagem colegiada (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

As rotinas de entrevista investigativa, conduzidas por profissionais treinados e apoiadas por scripts que orientem sequenciamento de perguntas, devem enfatizar a coleta de informações factuais reprodução literal das declarações quando possível, identificação de testemunhas, cronologia de eventos e evidências materiais prática que preserva a integridade do relato e oferece base objetiva para a avaliação de motivação, meios e cronograma (Fein *et al.*, 2004).

Padrões de documentação padronizada são centrais ao protocolo, sendo recomendável o uso de templates que registrem linguagem literal, contexto comunicativo, resposta inicial do docente e medidas imediatas adotadas, registro que assegura rastreabilidade, facilita revisão colegiada e protege direitos legais dos envolvidos, além de permitir análise posterior de eficácia das respostas institucionais (*Wisconsin Department of Justice*, 2024).

A comunicação com famílias deve seguir protocolo que garanta informação clara, linguagem acessível e preservação cultural e linguística, estabelecendo quem comunica, em que momento e com

que conteúdo, regra que evita mal-entendidos, fortalece parceria entre escola e lar e assegura que a devolutiva não seja percebida como acusatória, o que aumenta adesão aos planos de suporte e reduz resistência à intervenção (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2023).

Quando há indícios digitais associados a manifestações de risco, os protocolos devem incluir procedimentos específicos para coleta, preservação e análise de evidências digitais, com orientações sobre limites legais, cadeia de custódia e respeito à privacidade, e com processos comunicacionais que informem envolvidos sobre os passos adotados sem comprometer investigações em curso, prática que equilibra utilidade investigativa e salvaguardas legais (CISA, 2024).

A diferenciação entre ameaças transitórias e ameaças com planejamento exige perguntas que explorem motivação, capacidade e cronograma, e protocolos devem prever quando mobilizar avaliação clínica ou atuação de agências externas, distinções que dependem da qualidade do relato inicial e da análise colegiada coordenada por especialistas em avaliação comportamental e em risco escolar (Cornell *et al.*, 2018).

Os caminhos de encaminhamento devem ser pré-estabelecidos e envolver articulação intersetorial com serviços de saúde mental, segurança pública e assistência social, definindo prazos para retorno de informação e responsabilidades de acompanhamento, estrutura que evita perda de continuidade do cuidado e assegura que decisões sobre medidas protetivas, suporte e reintegração sejam tomadas com informações completas e em equipe (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

A capacitação docente integrada ao protocolo precisa incluir treino prático em técnicas de escuta investigativa, exercícios de role-play, supervisão reflexiva e orientação sobre limites legais e éticos da linguagem em contexto de avaliação de ameaça, formação que reduz respostas reativas, melhora qualidade dos relatos iniciais e fortalece cultura de prevenção escolar sustentada por práticas comunicacionais adequadas (U.S. Department of Education, 2013).

Protocolos preventivos contemporâneos recomendam incorporar práticas restaurativas e de reabilitação comunicacional quando apropriado, pois intervenções que priorizam reparação de vínculos, mediação e desenvolvimento de competências socioemocionais reduzem probabilidade de escalada e promovem clima escolar seguro, abordagem que complementa ações de segurança e evita que processos de avaliação degenerem em medidas punitivas desproporcionais (Borum *et al.*, 2010).

Sendo assim, a governança desses protocolos requer revisão periódica, monitoramento por indicadores de processo e de resultado por exemplo tempo de resposta, qualidade documental e taxa de reiteração de ocorrências e instâncias de supervisão que promovam aprendizagem institucional, ajustes e responsabilização, configuração que garante que padrões de linguagem docente e procedimentos de avaliação evoluam com evidências e demandas locais, consolidando comunicação

escolar como ferramenta central de prevenção e proteção (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi conduzido por meio da metodologia de revisão bibliográfica com o propósito de integrar conhecimentos sobre avaliação de ameaça escolar e comunicação docente, a escolha por esse formato permitiu articular evidência técnica e implicações práticas para rotinas escolares, e a condução da revisão buscou garantir transparência e coerência nas decisões de busca, seleção e síntese da literatura relevante (Lakatos, 2010).

A estratégia de busca foi formulada a partir de termos centrais que conectam avaliação de ameaça, comunicação escolar, linguagem docente e protocolos de triagem, combinaram-se diferentes operadores e variações terminológicas para abranger estudos teóricos e aplicados, intenção que favoreceu a recuperação de trabalhos com aplicabilidade operacional às demandas das escolas (Gil, 2019).

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão antes da busca, privilegiaram-se estudos empíricos, revisões e guias de implementação que tratassem da interface entre o conteúdo verbal do estudante e decisões institucionais, e foram excluídos textos de opinião sem método descrito ou investigações fora do contexto escolar, orientação que assegurou relevância e rigor ao corpus analisado (Lakatos, 2010).

O processo de triagem ocorreu em duas etapas, primeiro por leitura de títulos e resumos para eliminar itens manifestamente fora do escopo, e em seguida por leitura integral para confirmar elegibilidade e extrair informações, cada decisão de inclusão foi documentada com justificativa sucinta, prática que manteve rastreabilidade e permitiu revisar escolhas quando necessário (Gil, 2019).

A extração de dados utilizou um formulário estruturado que capturou elementos essenciais como objetivos, delineamento metodológico, contexto escolar, instrumentos de coleta de linguagem, principais achados e recomendações práticas, o instrumento foi testado em alguns estudos piloto para ajustar categorias e reduzir ambiguidades, procedimento que aumentou consistência na codificação das evidências (Lakatos, 2010).

A avaliação crítica da qualidade das fontes considerou coerência entre pergunta, método e conclusão, adequação das medidas comunicacionais empregadas e transparência analítica, revisões e guias foram ponderados quanto ao rigor e alcance de suas recomendações, etapa que permitiu hierarquizar o peso das evidências ao formular proposições aplicáveis ao cotidiano escolar (Gil, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os materiais consultados revelaram padrões claros sobre como indicadores linguísticos e comunicacionais se traduzem em risco ou em oportunidade de prevenção, e a Tabela 1 a seguir organiza esses achados de forma comparativa para facilitar a tradução em protocolos de prática docente e de gestão escolar, informação que orienta recomendações operacionais destinadas a melhorar a qualidade do relato inicial e a precisão da avaliação colegiada.

Tabela 1 – Análise comparativa científica dos indicadores, descrição e respostas comunicacional recomendada

Indicador linguístico/comportamental	Descrição	Resposta comunicacional imediata recomendada	Fonte
Enunciados condicionais ou planejados	Frases que associam condição a ação futura, por exemplo “se X acontecer, eu farei Y”	Perguntas abertas que clarifiquem cronologia e meios, registro literal do enunciado, acolhimento sem tom acusatório	Fein et al., 2004
Expressões de vingança ou desejo de dano repetidas	Reiteraões em conversas, posts ou produções escritas que remetem a fazer mal a outrem	Ancorar em fatos, colher testemunhas, verificar contexto relacional antes de escalar medidas	National Center for Safe Supportive Learning, 2019
Humor macabro ou linguagem codificada	Piadas recorrentes que normalizam violência, uso de símbolos ou gírias que dissimulam intenção	Documentar frequência e audiência, investigar se há circulação entre grupos e impacto social	National Center for Safe Supportive Learning, 2018
Retraimento comunicativo e evasão	Silêncio, esquiva a perguntas diretas, ausência em interações verbais	Uso de perguntas abertas e de técnicas de acolhimento para restabelecer diálogo, monitoramento subsequente	Maryland Center for School Safety, 2023
Detalhamento de meios ou cronograma	Menções a locais, horários, ferramentas, mesmo em tom de fantasia	Tratamento como informação potencialmente relevante, preservação de evidência e verificação colegiada rápida	Fein et al., 2004
Digitalização da ameaça	Mensagens em grupos, posts, buscas e conteúdos digitais que ampliam o repertório de sinais	Protocolos claros de coleta e cadeia de custódia digital, comunicação transparente sobre passos investigativos	CISA, 2024
Narrativas de desumanização e polarização	Enunciados que legitimam violência contra grupos, discurso de ódio em sala ou on-line	Intervenção educativa imediata, atividades de mediação e promoção de empatia, monitoramento de clima	Borum et al., 2010
Contradições e minimizações na narrativa	Inconsistências entre relatos ou tentativas de minimizar condutas preocupantes	Entrevista investigativa com perguntas de verificação, registro fiel das falas e análise colegiada	National Center for Safe Supportive Learning, 2018

Fonte: A autora (2024)

Assim, a tabela evidencia que a literalidade do registro e a contextualização do enunciado são condições necessárias para uma triagem precisa, pois a documentação factual reduz ambiguidade interpretativa e facilita a avaliação colegiada sobre intenção, meios e cronologia, prática que evita decisões precipitadas e reduz risco de estigmatização indevida (Fein *et al.*, 2004).

Observou-se que perguntas abertas e tom acolhedor favorecem cooperação do estudante e aumento na qualidade das informações obtidas, em contraste com abordagens acusatórias que geram silêncio e resistência, conclusão que reforça a necessidade de formação comunicacional estruturada

para docentes que atuam na linha de notificação inicial (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2018).

A integração de sinais digitais ao fluxo investigativo amplia sensibilidade de detecção, entretanto a utilidade desses dados depende de protocolos claros de coleta e de limites legais, por isso é imprescindível que escolas adotem procedimentos que equilibrem capacidade investigativa e salvaguardas de privacidade para manter legitimidade do processo (CISA, 2024).

Os achados mostram também que, em contextos multilíngues, falhas de tradução ou uso de termos técnicos inadequados podem distorcer sentido de relatos, o que recomenda presença de intérpretes competentes e materiais comunicacionais culturalmente sensíveis para garantir fidelidade informacional e equidade no tratamento dos casos (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2023).

A presença de linguagem codificada e humor macabro entre pares aparece como sinal complexo que exige análise relacional frequência, audiência e respostas sociais porque nem todo discurso expressa intenção real, o que torna essencial o uso de critérios que combinem linguagem, comportamento e contexto para reduzir falsos positivos (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

Protocolos que padronizam templates de registro com campos para reprodução literal, contexto e testemunhas mostraram-se ferramentas práticas que diminuem variação decisional entre profissionais e proporcionam base para auditoria e revisão de casos, medida que aumenta transparência e responsabilização institucional (*Wisconsin Department of Justice*, 2024).

A documentação precisa também sustentar decisões sobre encaminhamento a serviços clínicos ou de segurança, porque relatos com detalhamento de meios e cronograma tendem a justificar avaliação aprofundada, ao passo que enunciados sem consistência episódica podem orientar intervenções pedagógicas e de suporte psicossocial em primeira instância (Cornell *et al.*, 2018).

Analizando respostas comunicacionais, verificou-se que microestratégias de acolhimento por exemplo reformulação, silêncio tolerado e perguntas de verificação aumentam a probabilidade de relatos mais completos, sendo recomendável que tais técnicas integrem formação docente prática e simulações de caso para garantir aplicação fidedigna (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

Os dados relativos ao clima escolar indicam que relações de desconfiança ou práticas punitivas recorrentes inibem relatos e prejudicam canais anônimos, o que demonstra que linguagem institucional coerente e previsível é componente de segurança preventiva, portanto políticas de devolutiva clara sobre ações tomadas incentivam participação da comunidade e fortalecem rotas de relato (U.S. Department of Education, 2013).

A comparação entre estratégias revela que intervenções restaurativas e educativas, orientadas por linguagem que privilegia reparação e mediação, reduzem reincidência de conflitos

comunicacionais e melhoram clima relacional, estratégia que deve coexistir com protocolos de segurança quando análise colegiada indicar risco substancial, equilíbrio que preserva direitos e protege coletividade (Borum *et al.*, 2010).

Finalmente, a revisão identificou lacunas importantes em evidência avaliativa, notadamente carência de estudos longitudinais que mensurem impacto de treinamentos comunicacionais docentes sobre taxa de detecção precoce e desfechos de segurança, lacuna que orienta recomendação por programas de pesquisa-ação e avaliações de implementação em contextos escolares diversos (*National Center for Safe Supportive Learning*, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão evidencia que a linguagem docente é instrumento decisivo na cadeia de prevenção escolar porque o modo como o professor escuta, formula perguntas e documenta declarações determina a qualidade da informação disponível para avaliação colegiada e, conseqüentemente, a proporcionalidade das medidas adotadas, nessa perspectiva, investir no preparo comunicacional dos profissionais transforma episódios isolados em dados acionáveis e reduz tanto o risco de omissão quanto o de respostas precipitadas.

Protocolos operacionais que padronizam campos de registro reprodução literal quando possível, contexto cronológico, testemunhas e resposta imediata aplicada mostraram-se essenciais para reduzir variabilidade decisional entre profissionais, dessa forma a sistematização documental funciona como base para supervisão, auditoria e aprendizagem institucional, permitindo ajustar práticas e melhorar os critérios de passagem da triagem para investigação aprofundada.

A formação docente deve incluir componentes práticos de escuta investigativa, role-play, gestão de entonação e sequenciamento interrogativo, pois técnicas concretas como perguntas abertas, reformulação e silêncio tolerado aumentam cooperação do estudante e a riqueza informacional, ao mesmo tempo que preservam dignidade e minimizam efeitos estigmatizantes, exigência que implica calendarização de treinamentos e suporte de supervisão pedagógica continuada.

É imprescindível que protocolos contemplem rotas comunicacionais com famílias que respeitem diversidade linguística e cultural, uso de intérpretes qualificados quando necessário e devolutivas claras sobre procedimentos adotados, pois a transparência e a sensibilidade cultural fortalecem confiança, ampliam relato precoce e asseguram que intervenções integrem perspectiva familiar, condição determinante para continuidade do cuidado e efetividade das medidas preventivas.

A integração de sinais digitais ao fluxo investigativo oferece ganhos substantivos de sensibilidade, todavia requer salvaguardas legais e técnicas para coleta e preservação de evidências digitais, por isso as escolas precisam de orientação normativa sobre cadeia de custódia, limites de

privacidade e comunicação responsável com envolvidos, combinando utilidade investigativa com respeito aos direitos individuais.

Modelos preventivos mais eficazes articulam práticas restaurativas e educativas com mecanismos de proteção quando a avaliação colegiada identifica risco substancial, equilíbrio que privilegia reabilitação de vínculos, mediação de conflitos e desenvolvimento de competências socioemocionais, ao mesmo tempo em que mantém capacidade de resposta segura e proporcional frente a ameaças com indicação de intervenção externa.

A governança escolar deve prever indicadores de processo e de resultado por exemplo tempo de resposta, qualidade documental, taxa de relatos e percepção de segurança da comunidade e ciclos regulares de revisão que alimentem formação e políticas locais, mecanismo que transforma dados operacionais em melhoria contínua e assegura que padrões comunicacionais e procedimentos de avaliação evoluam com evidência empírica e demandas contextuais.

Assim, recomenda-se que gestores, pesquisadores e formadores cooperem em programas de pesquisa-ação que testem treinamentos comunicacionais e protocolos padronizados em diferentes realidades escolares, estudos que mensurem efeitos sobre detecção precoce, desfechos de segurança e bem-estar estudantil, demanda que, se atendida, poderá consolidar práticas de linguagem docente como peça central de prevenção e proteção nas escolas.



REFERÊNCIAS

BORUM, R.; CORNELL, D. G.; MODZELESKI, W.; JIMERSON, S. R. What can be done about school shootings?: a review of the evidence. *Educational Researcher*, v. 39, n. 1, p. 27–37, 2010.

CYBERSECURITY AND INFRASTRUCTURE SECURITY AGENCY (CISA). Anonymized Threat Response Guidance: a toolkit for K-12 schools. Washington, DC: CISA, 2024.

CORNELL, D. G.; MAENG, J.; HUANG, F.; SHUKLA, K.; KONOLD, T. Racial/ethnic parity in disciplinary consequences using student threat assessment. *School Psychology Review*, v. 47, n. 2, p. 183–195, 2018.

FEIN, R. A.; VOSSEKUIL, B.; POLLACK, W. S.; BORUM, R.; MODZELESKI, W.; REDDY, M. Threat assessment in schools: a guide to managing threatening situations and to creating safe school climates. Washington, DC: U.S. Secret Service; U.S. Department of Education, 2004.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARYLAND CENTER FOR SCHOOL SAFETY. Behavioral Threat Assessment Implementation Guide. Annapolis, MD: *Maryland Center for School Safety*, 2023.

NATIONAL CENTER ON SAFE SUPPORTIVE LEARNING ENVIRONMENTS; U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION. Guiding principles for creating safe, inclusive, supportive, and fair school climates. Washington, DC: U.S. Department of Education, 2023.

NATIONAL CENTER FOR SAFE SUPPORTIVE LEARNING. Enhancing school safety using a threat assessment model: an operational guide for preventing targeted school violence. Washington, DC: U.S. Secret Service; Department of Homeland Security, 2018.

NATIONAL CENTER FOR SAFE SUPPORTIVE LEARNING. Protecting America's schools: a U.S. Secret Service analysis of targeted school violence. Washington, DC: U.S. Secret Service, 2019.

READINESS AND EMERGENCY MANAGEMENT FOR SCHOOLS (REMS) TECHNICAL ASSISTANCE CENTER; U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION. Guide for developing high-quality school emergency operations plans for K-12 schools. Washington, DC: U.S. Department of Education, 2013.

WISCONSIN DEPARTMENT OF JUSTICE, OFFICE OF SCHOOL SAFETY. Wisconsin School Threat Assessment and Management Protocol (WSTAMP-R24). Madison, WI: *Wisconsin Department of Justice*, Office of School Safety, 2024.